



**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS FEDERAIS E ESTADUAIS E DAS ENTIDADES DE ENSINO  
COM SEUS RESPECTIVOS FUNCIONÁRIOS NO ESTADO DO PARÁ  
Demonstrações Financeiras - 2016**

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus respectivos Funcionários no Estado do Pará**

**Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016.**

**Conteúdo**

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras.....	4
Balanco Patrimonial .....	5
Demonstrações de Sobras ou Perdas.....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os semestres findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais) .....	9

## Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração e Cooperados da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus respectivos Funcionários no Estado do Pará.**

Belém - PA.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus respectivos Funcionários no Estado do Pará**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus respectivos Funcionários no Estado do Pará em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e o seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível

de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 13 de abril de 2017.

IDEA Auditores Independentes  
CRC PA 1106/O-9 /S

Alexandre Lôbo Dantas  
Contador CRC PA 12.517 S

Jackson Lara Ribeiro  
Contador CRC PA 12.068 S

## Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em reais

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>12.254.018</b>	<b>10.155.601</b>
Disponibilidades	4	221.013	369.358
Títulos e Valores Mobiliários	5	10.430.983	7.832.052
Relações Interfinanceiras	6	39.682	-
Operações de Crédito	7	1.402.075	1.805.578
Outros Créditos	8	158.067	148.613
Outros Valores e Bens	9	2.198	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>12.804.429</b>	<b>12.780.350</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
Operações de Crédito	7	12.533.726	12.472.496
<b>PERMANENTE</b>		<b>270.703</b>	<b>307.854</b>
Investimentos	10	100.000	67.147
Imobilizado de Uso	11	170.703	240.706
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>25.058.447</b>	<b>22.935.951</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>5.779.916</b>	<b>5.116.249</b>
Depósitos	12	1.616.451	741.281
Depósito a Prazo		1.616.451	741.281
Relações Interdependências	13	697.572	677.622
Outras Obrigações	14	3.465.893	3.697.346
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	14-A	625	330
Sociais e Estatutárias	14-B	3.006.926	2.911.150
Fiscais e Previdenciárias	14-C	119.822	158.910
Diversas	14-D	338.519	626.956
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15</b>	<b>19.278.530</b>	<b>17.819.701</b>
Capital Social	15-A	15.442.407	14.133.203
Reservas de Sobras		2.875.796	2.619.709
Sobras ou Perdas Acumuladas	15-B	960.327	1.066.789
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>25.058.447</b>	<b>22.935.951</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## ***Demonstrações de Sobras ou Perdas***

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*Em reais*

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.526.857</b>	<b>4.401.662</b>
Operações de Crédito	3.459.444	3.686.351
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.067.413	715.311
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.711.202)</b>	<b>(1.076.316)</b>
Operações de Captação no Mercado	(123.406)	(111.230)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.587.796)	(958.595)
Operações de Empréstimos e Repasses	-	(6.491)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>2.815.655</b>	<b>3.325.346</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(734.982)</b>	<b>(523.941)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	1.118.921	1.218.216
Despesas de Pessoal	(1.270.847)	(1.344.895)
Outras Despesas Administrativas	(1.504.951)	(1.360.455)
Despesas Tributárias	(100.917)	(104.295)
Outras Receitas Operacionais	1.023.004	1.067.487
Outras Despesas Operacionais	(192)	-
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>2.080.673</b>	<b>2.801.405</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(4.744)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>2.075.929</b>	<b>2.801.405</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(196.154)</b>	<b>(287.894)</b>
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO</b>	<b>(341.187)</b>	<b>(255.155)</b>
<b>SOBRAS LÍQUIDAS</b>	<b>1.538.588</b>	<b>2.258.355</b>
<b>JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>FATES / FUNDO DE RESERVA E OUTROS FUNDOS</b>	<b>(578.261)</b>	<b>(1.191.566)</b>
<b>SOBRAS/PERDAS EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS</b>	<b>960.327</b>	<b>1.066.789</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em reais

Eventos	Capital Social		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Subscrito	a Realizar	Legal	Estatutária		
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>12.311.902</b>	<b>-</b>	<b>2.264.113</b>	<b>-</b>	<b>1.255.691</b>	<b>15.831.706</b>
Movimentações de Capital						
Por Subscrição/Realização	1.821.301					1.821.301
Distribuição de Sobras					(1.255.691)	(1.255.691)
<b>Sobras ou Perdas do Exercício</b>					2.258.355	2.258.355
<b>Destinação das Sobras</b>					(1.191.566)	(1.191.566)
Fundo de Reserva			355.596		(355.596)	355.596
FATES					(355.596)	
FATES - Atos Não Cooperativos					(480.374)	
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>14.133.203</b>	<b>-</b>	<b>2.619.709</b>	<b>-</b>	<b>1.066.789</b>	<b>17.819.701</b>
Movimentações de Capital						
Por Subscrição/Realização	1.309.203					1.309.203
Capital a Pagar						
Distribuição de Sobras					(1.066.789)	(1.066.789)
<b>Sobras ou Perdas do Exercício</b>					1.538.588	1.538.588
<b>Destinação das Sobras</b>					(578.261)	(578.261)
Fundo de Reserva			256.087		(256.087)	256.087
FATES					(64.022)	
FATES - Atos Não Cooperativos					(258.152)	
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>15.442.407</b>	<b>-</b>	<b>2.875.796</b>	<b>-</b>	<b>960.327</b>	<b>19.278.530</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em reais

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA	2016	2015
<b>FLUXO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Sobras/Perdas líquidas	1.024.754	1.062.806
Constituição do FATES	(355.596)	(753.415)
Contas de resultado credoras	3.490.877	3.464.187
Contas de resultado devedoras	(2.466.123)	(2.401.381)
<b>Ajuste por:</b>	<b>(1.592.141)</b>	<b>(1.779.417)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.515	254.059
Depreciações e amortizações	18.761	18.581
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários	(2.598.931)	(2.611.610)
Redução (aumento) em relações interfinanceiras	(39.682)	-
Redução (aumento) em operações de crédito	338.759	(594.151)
Redução (aumento) em outros créditos	(9.454)	2.913
Redução (aumento) em outros valores e bens	(2.198)	-
Aumento (redução) em depósitos	875.170	(311.875)
Aumento (redução) em Relações Interdependências	19.950	(374.904)
Aumento (redução) em outras obrigações	(198.030)	1.837.569
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(922.984)</b>	<b>(1.470.026)</b>
<b>FLUXO PROVENIENTE DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado de uso	51.242	(15.437)
Participação Cooperativa Central	(32.853)	1.159.864
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>18.390</b>	<b>1.144.428</b>
<b>FLUXO PROVENIENTE DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(735.218)
Distribuição de Sobras	(1.066.789)	(1.255.691)
Sobras/Perdas Acumuladas	513.835	715.176
Aumento (redução) Capital Social	1.309.203	1.821.301
Aumento (redução) Reservas	-	(502.276)
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>756.249</b>	<b>43.291</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(148.344)</b>	<b>(282.307)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(148.344)</b>	<b>(282.307)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	369.358	651.665
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	221.013	369.358

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



## ***Notas explicativas às demonstrações financeiras para os semestres findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)***

### **1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus respectivos Funcionários no Estado do Pará** é uma sociedade de pessoas, instituição financeira, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita à falência. Integrante do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Crédito Cooperativo – CREDISIS, constituída em 15/10/1992, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme Processo de Autorização nº 9200115930 de 14/10/1992 com o objetivo de:

- O desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- Prover, através de mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados, com empréstimos e em convênios diversos;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo;
- A cooperativa promoverá a assistência aos cooperados e aos funcionários, bem como aos dependentes legais destes, utilizando recursos do FATES, conforme normas que forem estabelecidas pelo Conselho de Administração.

### **2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras sob a responsabilidade da Administração foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do Bacen, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen até o momento são: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração de Relatório Contábil-Financeiro – Resolução CMN nº 4.144/12, Resolução 3.566/2008 – Redução ao Valor Recuperável do Ativo (CPC 01), Resolução 3.604/2008 – Fluxo de Caixa (CPC 03), Resolução 3.750/2009 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05), Resolução 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10), Resolução 4.007/2011 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23), Resolução 3.973/2011 – Eventos subsequentes (CPC 24) e Resolução 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central irá aprovar os demais Pronunciamentos Contábeis do CPC e tampouco se sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Cooperativa.

### **3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a) Estimativas Contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. As contas sujeitas a aplicação de estimativas e julgamento incluem: à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Dessa forma os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas utilizadas. Entretanto, a Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas periodicamente e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

#### **b) Apuração do Resultado**

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios natureza financeira são contabilizados pelo critério “*pro-rata temporis*” e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

#### **c) Caixa e Equivalente de Caixa**

Caixa e equivalente de caixa conforme Resolução 3.604/2008 do CMN incluem caixa, depósitos interbancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

#### **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### **e) Títulos e Valores Mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários quando existentes são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/2001 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

iii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como “títulos para negociação” nem como “mantidos até o vencimento”. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

#### **f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração o manual de crédito, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN N. 2682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível “H”. Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco.

#### **g) Outros Créditos**

Direitos a receber de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente.

#### **h) Ativos e Passivos Circulantes**

Os ativos e passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis de realização.

#### **i) Investimentos**

O saldo é representado por aportes de capital na Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro Ltda.

## **j) Imobilizado**

São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo.

## **k) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

## **l) Valor de recuperação de ativos - Impairment.**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram indetificadas. A cooperativa não realizou o teste de *impairment* neste semestre por avaliar que seus ativos não estão enquadrados em tal situação.

## **m) Provisões**

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita ocorrida em eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões foram registradas e sofrem as atualizações de acordo as estimativas do risco envolvido.

## **n) Passivos Contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações e, quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chances de perda remota não são divulgadas.

## **o) Segregação do circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

## **p) Demonstração dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC 03 (R2).

#### q) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

#### 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades em caixa, depósitos em bancos, estão classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, atendendo às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos Bancários	221.013	369.358
<b>TOTAL</b>	<b>221.013</b>	<b>369.358</b>

#### 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Esta rubrica demonstra os valores dos investimentos em títulos de renda fixa e em cotas de fundos de investimentos conforme composição abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Certificados de Depósito Bancário	1.535.913	-
Cotas de Fundo Referenciado	8.895.070	7.832.052
<b>TOTAL</b>	<b>10.430.983</b>	<b>7.832.052</b>

#### 6 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se a depósitos efetuados na centralização financeira da Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro, artigo 24º da Resolução CMN nº 4.434.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	39.682	-
<b>TOTAL</b>	<b>39.682</b>	<b>-</b>

#### 7 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016 as operações de crédito estão demonstradas e distribuídas em conformidade com o art. 11 da Resolução CMN 2.682/99 e art. 3º da Resolução CMN 2.697/00:

##### a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimo	1.519.218	13.512.802	15.032.020	15.370.779
(-) Provisão para Créditos de	(117.144)	(979.076)	(1.096.219)	(1.092.705)

Liquidação Duvidosa				
<b>Total</b>	<b>1.402.075</b>	<b>12.533.726</b>	<b>13.935.801</b>	<b>14.278.074</b>

**b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:**

Nível / Percentual de Risco / Situação			AD e Cheque Especial	Empréstimos	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
				Tít. Descontados				
				Financiamentos				
A	0,50%	Normal		12.197.612	12.197.612	60.988	13.142.216	65.711
A	0,50%	Vencidas			-	-		-
B	1%	Normal		94.402	94.402	944	119.278	1.193
B	1%	Vencidas		5.655	5.655	57	90.196	902
C	3%	Normal		419.223	419.223	12.577	180.977	5.429
C	3%	Vencidas		24.614	24.614	738	587.649	17.629
D	10%	Normal		638.704	638.704	63.870	82.943	8.294
D	10%	Vencidas		34.629	34.629	3.463	34.989	3.499
E	30%	Normal		591.090	591.090	177.327	2.844	853
E	30%	Vencidas		77.698	77.698	23.309	123.012	36.904
F	50%	Normal		253.013	253.013	126.507	30.899	15.449
F	50%	Vencidas		44.610	44.610	22.305	29.341	14.670
G	70%	Normal		120.911	120.911	84.638	15.166	10.616
G	70%	Vencidas		34.560	34.560	24.192	65.722	46.006
H	100%	Normal		354.208	354.208	354.208	66.237	66.237
H	100%	Vencidas		141.091	141.091	141.091	799.312	799.312
Total Normal			-	14.669.162	14.669.162	881.058	13.640.559	173.783
Total Vencido			-	362.858	362.858	215.156	1.730.220	918.921
<b>Total Geral</b>			-	<b>15.032.020</b>	<b>15.032.020</b>	<b>1.096.219</b>	<b>15.370.779</b>	<b>1.092.705</b>
<b>Provisões</b>					(1.096.219)		(1.092.705)	
<b>Total Líquido</b>					<b>13.935.801</b>		<b>14.278.074</b>	

**c) Distribuição das Operações segregadas por tipo de cliente e atividade econômica:**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Setor Privado</b>		
<b>Pessoa Física</b>		
Empréstimos	15.032.020	15.370.779
<b>Subtotal</b>	<b>15.032.020</b>	<b>15.370.779</b>
Provisão	(1.096.219)	(1.092.705)
<b>Total</b>	<b>13.935.801</b>	<b>14.278.074</b>

**d) Composição da Carteira de Crédito por faixa de vencimento:**

Descrição	Até 90	De 91 a 180	Acima de 180	Total
Empréstimos	13.414.839	1.121.883	495.299	15.032.020

<b>Total</b>	<b>13.414.839</b>	<b>1.121.883</b>	<b>495.299</b>	<b>15.032.020</b>
--------------	-------------------	------------------	----------------	-------------------

**e) Composição da Carteira de Crédito por nível de risco:**

**2016**

<b>RISCO</b>	<b>Valor da Carteira</b>	<b>Percentual BACEN</b>	<b>Percentual Provisionado EFETUADO</b>	<b>Valor Provisionado</b>
<b>AA</b>	-	0,0%	0,0%	-
<b>A</b>	12.197.612	0,5%	0,5%	60.988
<b>B</b>	100.057	1,0%	1,0%	1.001
<b>C</b>	443.836	3,0%	3,0%	13.315
<b>D</b>	673.333	10,0%	10,0%	67.333
<b>E</b>	668.788	30,0%	30,0%	200.637
<b>F</b>	297.623	50,0%	50,0%	148.811
<b>G</b>	155.471	70,0%	70,0%	108.830
<b>H</b>	495.299	100,0%	100,0%	495.299
<b>TOTAL</b>	<b>15.032.020</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.096.219</b>

**f) Concentração dos Maiores Devedores**

<b>Posição</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>%</b>	<b>31/12/2015</b>
1º	317.649	2,11	226.485
2º	264.350	1,76	220.945
3º	136.647	0,91	132.771
4º	124.145	0,83	119.181
5º	102.412	0,68	80.974
6º	101.128	0,67	74.454
7º	86.887	0,58	73.968
8º	78.834	0,52	73.714
9º	75.693	0,50	70.397
10º	71.155	0,47	69.521
Maiores Devedores	1.358.900	9,04	1.142.408
Os demais Devedores	13.673.120	90,96	14.228.371
<b>Total Geral dos Devedores</b>	<b>15.032.020</b>	<b>100</b>	<b>15.370.779</b>

Valores em reais

**g) Movimento de Créditos Baixados como Prejuízo:**

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Operações incluídas no período	1.103.834	-
Recuperações/Renegociações	96.297	206.491

**8 – OUTROS CRÉDITOS**

**a) Diversos**

Valores contábeis relativos a importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Adiantamento para Despesas Diversas	277	365
Devedores Diversos - País (I)	235.503	296.261
Provisões para Outros Créditos	(77.713)	(148.013)
<b>TOTAL</b>	<b>158.067</b>	<b>148.613</b>

#### **I. Devedores Diversos**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Pendencia a Regularizar (*)	134.339	148.248
Plano de Saúde a Receber	101.165	148.013
<b>TOTAL</b>	<b>235.503</b>	<b>296.261</b>

(\*) Refere-se a valores decorrente das operações normais da cooperativa com regularização no exercício seguinte.

#### **9 – OUTROS VALORES E BENS**

Representado basicamente por despesas antecipadas, o saldo é representado por prêmios de seguros e contribuição sindical.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Despesas Antecipadas	2.198	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.198</b>	<b>-</b>

#### **10 – INVESTIMENTOS**

O saldo é representado por aportes de capital na Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro Ltda.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Participação em Cooperativa Central de Crédito	100.000	67.147
<b>TOTAL</b>	<b>100.000</b>	<b>67.147</b>

#### **11 – IMOBILIZADO DE USO**

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas informadas na tabela abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>Taxa de Depreciação</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Imobilizações em Curso		-	53.497
Edificações	4%	318.187	318.187
Moveis e Equipamentos de Uso	10%	23.209	20.954
Sistema de Processamento de Dados	20%	29.839	29.839
<b>TOTAL</b>		<b>371.235</b>	<b>422.478</b>
Depreciação acumulada		(200.532)	(181.771)
<b>TOTAL</b>		<b>170.703</b>	<b>240.706</b>



Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a Cooperativa não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior ou equiparados àqueles preços praticados pelo mercado.

## 12 – DEPÓSITOS

Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados e estão mantidos no circulante por não possuir restrição para resgate. Os depósitos estão garantidos pelo FGCoop – Fundo Garantidor do Cooperativismo conforme Resolução CMN 4.284, de 2013.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos a Prazo	1.616.451	741.281
<b>Total</b>	<b>1.616.451</b>	<b>741.281</b>

## 13 – RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Compreendem a centralização dos recursos de concessionários de serviços públicos e privados recebidos, através de convênios, a serem repassados àqueles.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cobrança de Terceiros em Trânsito	697.572	677.622
<b>Total</b>	<b>697.572</b>	<b>677.622</b>

## 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

### a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Está registrado na rubrica abaixo, o valor do imposto sobre operações de crédito, a ser recolhido.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	625	330
<b>Total</b>	<b>625</b>	<b>330</b>

### b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social

Está registrado em Obrigações Sociais e Estatutárias o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES de atos com associados que é constituído com a destinação de 5% das sobras brutas do exercício, conforme determinação estatutária. Sobras e cotas de capital a devolver de associados desligados.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Participações nos Lucros	186.729	141.012
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	2.056.455	2.073.725
Sobras Líquidas a Distribuir	732.638	682.049
Cotas de Capital a Pagar	31.103	14.365
<b>TOTAL</b>	<b>3.006.926</b>	<b>2.911.150</b>

### c) Fiscais e Previdenciárias

Os Impostos e Contribuições sobre Salários retidos pela instituição para recolhimento estão registrados nas rubricas conforme demonstrado abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Impostos e Contribuições Sobre Lucros	24.140	90.332
ISS retido a Recolher	6.212	10.268
Impostos e Contrib. s/ Salários	37.891	18.592
I.N.S.S a Recolher	42.881	34.497
F.G.T.S a Recolher	7.403	4.436
PIS s/ Folha de Pagamento	1.273	783
Imposto Retido na Fonte a Recolher	22	3
<b>Total</b>	<b>119.822</b>	<b>158.910</b>

#### **d) Diversas**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Cheques Administrativos	183.413	433.338
Provisão Despesas com Pessoal	88.471	85.390
Outras Despesas Administrativas	828	7.914
Credores Diversos - País (I)	65.807	100.314
<b>Total</b>	<b>338.519</b>	<b>626.956</b>

#### **I. Credores Diversos**

Rubrica composta pelas contas abaixo relacionadas representam obrigações da CREDISIS COOPERUFPA para com terceiros, conforme demonstrado:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Pendência a Regularizar (*)	-	100.314
Auxilio Funeral a Pagar	65.807	-
<b>Total</b>	<b>65.807</b>	<b>100.314</b>

(\*) Refere-se a valores decorrente das operações normais da cooperativa com regularização no exercício seguinte.

### **15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

#### **a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes, apresentando um saldo em dezembro de 2016 de R\$15.442.407.

#### **b) Sobras ou Perdas Acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71. As perdas apuradas são deliberadas na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Sobras líquidas do exercício</b>	1.538.588	2.258.355
<b>Sobras líquidas, base de cálculo das destinações</b>	<b>1.538.588</b>	<b>2.258.355</b>
<b>Destinações estatutárias</b>	<b>(578.261)</b>	<b>(1.191.566)</b>
Reserva legal - 20%	(256.087)	(355.596)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(64.022)	(355.596)
FATES (Resultado de Atos Não Cooperativos - 16,78%)	(258.152)	(480.374)
<b>Sobras à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>960.327</b>	<b>1.066.789</b>

## **16 - DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS (CPC 05 E RESOLUÇÃO CMN 3750/09)**

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. Nos termos da Resolução 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, a concessão de créditos e a prestação de garantias a membros de órgãos estatutários devem observar critérios idênticos aos utilizados para os demais associados.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

### **a) Remuneração paga aos administradores**

Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado em rubrica de dispêndio e despesa de pessoal, nas demonstrações das sobras e estão apresentados conforme abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Remuneração	735.749	680.302
<b>TOTAL</b>	<b>735.749</b>	<b>680.302</b>

## 17 – LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASILÉIA

O patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa apresenta-se compatível com o risco de suas atividades, calculado com base no regime prudencial simplificado, conforme previsto na Resolução nº 4.194/2013 do Conselho Monetário Nacional.

<b>Descrição</b>	<b>2016</b>
Patrimônio de Referência para Limite de Basileia	19.278.530
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.161.888
<b>Índice de Basileia</b>	<b>93,63%</b>

## 18 – GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais e Estaduais e das Entidades de Ensino com seus respectivos Funcionários no Estado do Pará.**

### I - Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A Resolução nº 3.380 e 29 de junho de 2006 dispõe sobre a implementação de Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional. Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A estrutura completa para gerenciamento do risco operacional da cooperativa está disponível para acesso público no mural na sede da cooperativa.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional da cooperativa está composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria-Executiva, pelo Agente de Controle Interno e de Risco – ACIR da singular, pelo Monitor de Controle Interno e de Risco e pela área de auditoria da CENTRALCREDI.

O instrumento principal por meio do qual é avaliado o risco operacional da cooperativa é o Questionário de Avaliação de Controle Interno e de Risco, que possui periodicidade bimestral de aplicação e avaliação.

O Manual de Gerenciamento do Risco Operacional – MGRO, dispõe sobre estrutura, gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco operacional da cooperativa, bem como a definição das responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco operacional, que ilustramos a seguir:

<b>Atividades</b>	<b>Responsabilidade</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Responsabilidades Risco Operacional</b>					
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	<b>x</b>	<b>x</b>			

Atividades	Responsabilidade				
Provimento - Ao ACIR - das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o ACIR e o Conselho de Administração.		x			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			x		
Monitoramento das ações do ACIR, comunicação - ao Conselho de Administração - de incorreções na execução do gerenciamento de risco operacional.				x	
Execução de testes de avaliação da política					x

- 1 - Conselho de Administração;
- 2 - Diretoria Executiva;
- 3 - ACIR;
- 4 - Monitor CentralCredi;
- 5 - Área de Auditoria Interna da CentralCredi.

## II - Resumo da descrição da estrutura de Risco de Mercado

A Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007, define como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, relativos aos riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 4.388/2014, a CREDISIS COOPERUFPA aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sistema CREDISIS, centralizada na Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro Ltda – CENTRALCREDI, a qual se encontra evidenciada em Manual Próprio.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, por parte do Agente de Controle e Risco.

## III - Resumo da descrição da estrutura de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da CREDISIS COOPERUFPA objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 4.388/2014, a CREDISIS COOPERUFPA aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sistema

CREDISIS, centralizada na Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro Ltda – CENTRALCREDI, a qual se encontra evidenciada em Manual Próprio.

Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o CREDISIS, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

## **POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

A Política de Responsabilidade Socioambiental do Sistema CrediSIS, tem como premissas, orientar os Funcionários, Cooperados e todas as parte interessadas a desenvolver as melhores práticas e procedimentos de responsabilidade socioambiental. Neste sentido, o Conselho de Administração do Sistema CrediSIS com base na Resolução 4.327/2014 do Banco Central, instituiu o Comitê de Responsabilidade Socioambiental para elaborar normativos e acompanhar o plano de Ações que serão implementados no Sistema.

Com a implementação das diretrizes através da Resolução CrediSIS 016/A01/2015, e as orientações necessárias para que os Gestores do Sistema, entenda que o conhecimento e o desenvolvimento do ser humano são determinantes para a preservação ambiental e a inclusão social, com reflexo importante no desenvolvimento e perenidade das cooperativas. Em consonância com essas premissas e preocupado com o desenvolvimento sustentável do planeta, respeito à dignidade humana e ao ecossistema, a Política de Responsabilidade socioambiental do Sistema CrediSIS, compromete-se a disseminar a cultura socioambiental embasada em conhecimento e fornecer crédito com responsabilidade.

## **OUIDORIA**

A ouvidoria tem como atribuição, assegurar a observância das normas regulamentares que disciplinam a atividade e daquelas relativas aos direitos dos usuários dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Atua como canal de comunicação entre a instituição e seus associados, inclusive na mediação de conflitos.

Instituída pelo componente organizacional único de ouvidoria dispõe de diretor responsável pela área e ouvidor. O trabalho realizado pela Ouvidoria auxilia no monitoramento dos processos de qualidade e boas práticas, bem como na observância dos normativos internos CrediSIS.

As manifestações são acolhidas por meio telefônico de discagem gratuita – 0800 648 0020 e pelo formulário eletrônico disponível no endereço: [www.credisis.com.br](http://www.credisis.com.br)

Belém/PA, 31 de dezembro de 2016.

**Raquel Helena de S. Ferreira**  
Diretora Presidente  
CPF: 228.489.912-91

**Ana Izabel Mendes Frazão**  
Diretora Administrativa  
CPF 008.825.852-15

**Ana Maria N. Torres**  
Diretora Financeira  
CPF: 218.760.612-00

**Rafael Esteves da Silva**  
Contador  
CRC: RO-006989/O-7